



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 4/2020

(mandato autárquico 2017/2021)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS. -----

PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS -----

PRIMEIRO SECRETÁRIO – MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO -----

SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS -----

Eram vinte horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Ana Rita Simão Rodrigues, Maria Inácia Rosa, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Halestino Ernesto Gomes Pimentel, Helena Isabel Pires Seabra, que foram substituídos respetivamente por Francisco José Correia, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, António José da Costa Vila Franca, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues e Rogério Paulo Talhas Pires. E os Presidentes de Junta de Freguesia Celestino Alberto Carneiro Gonçalves, António Luís Gomes, João José Cunha Pinto, Gilberto Amadeu pires, Inácio de Jesus Roma, Alípio Augusto Marcos e Manuel António Pinto dos Santos. -----

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho e os Vereadores em regime de não permanência, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Sónia de Jesus Afonso Salomé e David José Veiga Vaz. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 51 Deputados Municipais: Camilo António Morais, Acácio João Carvalho do Espírito Santo, Celina da Conceição de Sá Martins, Henrique Manuel Crujo Mendes Palma, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, António Nuno Batista Mendes de Morais, Manuel António Machado Carvalho, Humberto José Trovisco, Fernando Humberto Gomes, Paulo Jorge Ferreirinha, Joana Margarida Silveira Esteves da Silva Vaz, Ricardo Jorge Salsas Batista, Carla Margarida da Costa Palhau, Elias de Jesus Monteiro Afonso, Catarina Lúcia Pinto de Matos, António José da Costa Vila Franca, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Manuel Alberto Rodrigues, Rogério Talhas Pires, Maria Adelaide Alves Gonçalves Baptista, José António da Silva Madalena, António dos Santos Pires Afonso, Maria Inês Falcão, Francisco José Correia, Paulo Duarte da Silva Dias, Luís Manuel Dias Gonçalves, Maria Helena Lopes Gonçalves, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira,

José Carlos Vasco Jecas, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio Mendes, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, António Luís Gomes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Augusto Maçaera Fraga, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, Rui Filipe Branco Lopes, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, Luís Manuel Costa Rodrigues, António João Alves Trovisco, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins.-----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – MOÇÃO DE APOIO À CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO DO IP2 À GUDIÑA -----

Presente a moção aprovada em reunião da Câmara Municipal de 29 de outubro contra a falta de ligação Transfronteiriça entre Macedo-Vinhais-Gudiña, que se transcreve. -----

“ O Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030) teve como objetivo ser o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década e décadas vindouras.- Porém, na qualidade de autarcas de Municípios do interior do país, não podemos deixar de apresentar a presente a moção de repúdio ao PNI 2030, dado que este se traduz num prejuízo para o Nordeste Transmontano e mesmo para o próprio País. O PNI 2030 consiste num programa de investimentos para a litoralização do país, focando-se nas áreas metropolitanas, violando assim grotescamente o princípio da coesão territorial. -----

É lamentável que obras estruturais, como a ligação Macedo-Vinhais-Gudiña não tenha sido contemplada no PNI 2030, sendo estas obras estratégicas para o desenvolvimento do interior do país. A não inclusão destes investimentos no PNI 2030 traduz-se numa condenação ao nordeste transmontano, em concreto aos Municípios de Macedo de Cavaleiros e Vinhas, pois desta forma deixam de constituir um local de fixação para as empresas, perdendo assim a sua capacidade de atração e investimento para os mais jovens. Por outro lado, perde-se a oportunidade de estabelecer uma ligação ao nosso país vizinho, o que significa um prejuízo para a região. -----

Os Municípios de Vinhais e Macedo de cavaleiros consideram como prioritário na opção estratégica do desenvolvimento territorial, o prolongamento a norte do IP2, partindo de Macedo de Cavaleiros, passando pela Moimenta até à Gudiña (Espanha), ligando a A52 (Autovia das Rias Baixas) à estação do AVE (Alta Velocidade) Portas da Galiza, servindo assim os concelhos de Vinhais e Macedo de Cavaleiros, sendo que o concelho de Vinhais se encontra sem qualquer via rápida internacional. Numa região economicamente frágil e de baixa densidade populacional, a inclusão desta ligação rodoviária no PNI 2030 traduzir-se-ia no desenvolvimento de Trás-os-Montes. -----



G. e. u.
[Signature]

Face ao exposto, os Municípios de Vinhais e Macedo de Cavaleiros não podem deixar de manifestar a oposição de repúdio à não inclusão das ligações transfronteiriças Macedo-Vinhais-Gudiña no Programa Nacional de Investimentos 2030, e por isso, em defesa do desenvolvimento económico e demográfico de Trás-os-Montes, propõe-se à Exm^a. Câmara Municipal que aprove a presente moção, sendo posteriormente submetida à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Que a presente moção seja enviada: - Ao Exmo. Senhor Presidente da República; - Ao Exmo. Senhor Primeiro-Ministro; - Aos Exmos. Senhores Ministros da economia e das Finanças; - Ao Exmo. Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas; - À Exm.^a Senhora Ministra da Coesão Territorial; - Aos Exmos. Senhores Presidentes de Câmaras Municipais do Distrito de Bragança; - Aos Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República; - Aos Deputados da Assembleia da República eleitos pelo Distrito de Bragança; - Aos senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias do concelho de Vinhais e Macedo de Cavaleiros e à Comunicação Social.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que relativamente a esta moção aprovada pela Câmara Municipal disse: “gostaria de aproveitar este momento para vos fazer chegar o documento que foi redigido pela chamada conselharia das infraestruturas e mobilidade da região autónoma da Galiza. Essa moção elaborada e que é dirigida ao Ministro dos Transportes, Mobilidade e Agenda Urbana, D. José Luís Ábalos Meco, elaborada em Santiago em 30-10-2020 diz o seguinte “ Estimado Ministro, El pasado 9 de octubre da Xunta de Galicia, la Diputación de Ourense y 17 alcaldes de la Raia luso-ourensana. Firmamos la Declaración Institucional de apoyo e impulso a la conexión internacional transfronteriza por Autovia entre Macedo de Cabaleiros-Vinhais-A Gudiña, com el compromiso de su trasladado al Ministério de Transportes, Movilidad y Agenda Urbana para que a su vez la eleve a los órganos competentes tanto de España y Portugal como de la Unión Europea. Habiéndome sido encomendada tal tarea, actuando en nombre de todos, acompaño a esta carta el texto de la Declaración suscrita. En ella se plantea la posición común de nuestros territorios, ya que compartimos el carácter estratégico de la conexión internacional transfronteriza por autovia entre el nordeste de Portugal y la futura estación del AVE de A Gudiña para reforzar la movilidad en la Euroregión Galicia-Norte de Portugal, proporcionar a nuestras economías, a nuestras empresas y a nuestros ciudadanos una mayor competitividad, y, sobre todo, aprovechar la máximo las sinergias que traer’s da alta velocidade a Galicia, convirtiendo a la estación ferroviária de A Gudiña como un referente de la movilidad ferroviária. La Estación de A Gudiña supone una oportunidade que no se pude desaprovechar para apoyar el desarrollo y las oportunidades de lo que se há llamado “España vacia”, y para reforzar los vínculos transfronterizos entre España y Portugal. Siendo conscientes de que los trenes de alta velocidadno pueden tener excessivas paradas, entre Zamora y Ourense es A Gudiña el nodo que puede articular mejor el territorio, dando acceso a la alta velocidade ferroviária a los más de 73.000habitantes de las comarcas de Viana, Valdeorras, Trives, A

Limia y Verín, y a los Distritos portugueses de Vila real y Braganza, que suman 349.000 habitantes. Para que ello sea posible, es necessário impulsar la red viária que articule el território y permita una accesibilidad adecuada, y tanto desde Portugal como desde Galicia se considera imprescindible el impulso por parte de ambos estados de la conexión por autovia com A Gudiña a través de Vinhais. Por todo lo anterior, consideramos que es necessária una reflexión por parte del Gobierno de España por la exclusión de este proyecto en la Cumbre Ibérica del pasado 10 de octubre. Todos los firmantes consideramos que há sido um error no tener em cuenta esta conexión internacional transfronteriza que llevamos demandado mucho tiempo, pero también es cierto que coincidimos en que estamos en plazo para que su Ministerio la incluya en los planes de resiliência que Portugal y España esperan presentar a la Unión Europea para captar fondos para infraestructuras transfronterizas. Quedando a tu disposición para cualquier cuestión que consideres, te ruego que elalúes positivamente nuestra posición conjunta, que se basa y fundamenta en el interés general en la confianza de que sea adecuadamente encauzada ante los órganos competentes a fin de defender esta posición estratégica de Galicia y Norte de Portugal.” -----

Gostei de trazer aqui esta declaração porque foi conjunta, porque reforça a nossa posição, porque as últimas notícias que saíram do Governo continuam a privilegiar o Eixo Atlântico, as ligações Lisboa-Porto-Vigo por rede ferroviária e, como vemos aqui uma parte estratégica comum, que nós possamos ter esta ligação que ansiamos há muito tempo e que será a garantia da não depressão demográfica que estamos a atravessar. E como eles dizem é uma Espanha deserta, têm 73 mil habitantes nesta área e nós temos um pouco mais mas, caminhamos também a passos largos para essa desertificação. Mas também o nosso Ministro das Infraestruturas nos últimos dias tem vindo a público dizer que é esse a nossa ênfase, temos que apostar na Galiza e não em Madrid. Isto acho que é uma posição conjunta e clara e parece-me que é a nossa opção estratégica e é para aí que nós temos de apostar porque não são as outras ligações que nos vão trazer a grande velocidade mais perto do território. A grande plataforma logística regional do noroeste peninsular é de facto a Gudiña e é por isso que temos de insistir e não podemos desistir.” -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPÍRITO SANTO (PS) – Que disse “ Obviamente vou votar a favor da moção apresentada, por solidariedade com o Município de Macedo de Cavaleiros e também para com o Município de Vinhais. Mas, aquilo que estranho é que vamos votar novamente uma moção semelhante a uma que já tínhamos votado há uns tempos e não tem nada de novo. O que tem de novo é uma declaração do Grupo de Alcaldes da Galiza. E, deixe-me dizer-lhe que estive a ver os Quilómetros que são necessários para fazer a construção deste troço e se eu multiplicar pelo preço médio de construção vou-lhe dizer que 250 milhões de euros de investimento para fazer este percurso, ninguém lhos tira. Isto comparando com 40 Km de Bragança à Sanábria, isto é “bater no ceguinho” porque o Governo não vai gastar 250 milhões de euros podendo gastar 80 milhões de euros. Mas o que eu estranho mais é que esta



moção não venha com a solidariedade institucional do Presidente da Câmara de Vila Flor, Mirandela, Torre de Moncorvo e de todos os outros que fazem parte do Distrito de Bragança, porque servir este Território é bom e eu também defendo a ligação à Gudiña mas, devia institucionalmente ter um peso muito diferente daquele que tem, porque se nós nem assim nos entendemos para defender a ligação à Gudiña, porque incrivelmente a CIM não consegue entender-se para fazer passar um projeto de ligação à Gudiña, pergunto-lhe o que andamos a fazer? Nós para termos força temos de nos associar a outros Municípios e gerar uma onda verdadeira de solidariedade e até fazer um projeto, quer de investimento, quer de retorno económico para que o Governo fique sensível a esta questão porque isto de moções parece-me curto.” -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Perante este seu êxtase a falar da Galiza eu aconselhava o Senhor Presidente da Câmara a fazer um curso de espanhol porque o seu “Portunhol” está um pouco a arranhar. E, dizer-lhe o seguinte: nós aprovamos em 26-06-2018 uma moção e porque não basta estar a aprovar, queria ter a ideia das diligências que o Sr. Presidente fez junto do Governo sobre esta moção? Dizer também, e uma vez que o deputado Acácio Espírito Santo retirou um bocadinho de conteúdo, porque acabou por abranger todos os assuntos que eu vinha aqui também referenciar, mas dizer-lhe que estranho muito que ao nível da CIM não haja solidariedade para com os dois concelhos e dizer também se não seria a altura, uma vez que este plano 2030 foi aprovado, que tivesse havido junto do Governo, uma vez que o partido é o mesmo, uma estratégia concertada em todo o Distrito? Ou seja, será lógico nós estarmos a defender uma ligação à Gudiña e esquecermo-nos da Nacional 217 que nos liga ao Planalto? Será lógico que a finalidade desta estrada acabe em Macedo? Então, e todo o Planalto? E, não seria mais lógico, digo eu, numa concertação entre vários concelhos haver uma rede externa que envolvesse todo o Distrito e a nossa terra servisse de ponto radial para estas vias? Acho estranho haver uma defesa de uma estrada que hipoteticamente vai-nos trazer um desenvolvimento que segundo diz o Sr. Presidente, nenhuma outra nos trouxe, ou seja a Autoestrada não nos trouxe tal como o IP2 não nos trouxe, o IC5 não nos trouxe e miraculosamente a estrada para a Gudiña vai-nos trazer. Acho estranho e por isso apelo-lhe à realidade e digo-lhe que é muito mais lógico, uma vez que tem um Governo da sua cor política, que tenha uma posição concertada, quanto mais não seja com os outros Presidentes da Câmara da sua cor política. É obvio que estranho também um pouco ouvir esta sua atração repentina pela Galiza quando ouvimos há tão pouco tempo uma vontade sua de abandonar o Eixo Atlântico.” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Que disse “ relativamente à moção o PS, através de mim já anteriormente apresentou uma moção, contudo acho que nem assim conseguimos concretizar aquilo que pretendemos e o que mais estranho nesta questão é que o Distrito é dominado por Bragança e toda a gente já deve ter percebido isso. Acho que quando queremos

defender o que é nosso temos de lutar por isso, pois penso que devem lembrar-se que quando o hospital foi construído em Macedo de Cavaleiros no tempo do Presidente da Câmara “Pescadinha” era para ser construído não em Macedo mas em Mogadouro e o então Presidente foi aos Gabinetes e conseguiu que fosse construído aqui. E, é isso que todos temos de fazer em conjunto pois esta ligação é muito importante e se não a conseguirmos vamos ficar como os concelhos mais pequenos do Distrito, ou seja sem boas ligações.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para responder aos Senhores Deputados Municipais e disse “ continuo a dizer e repito principalmente para a bancada do PSD que tenho pena que demagógicamente sejam tão pobres. E, dizem que esta é uma moção que não traz nada de novo. Mas eu digo-vos que trás tudo de novo pois neste momento esta é uma moção conjunta com a Junta Autónoma da Galiza. Dizem que nós e Vinhais estamos isolados. Não conhecem o documento e é pena fazerem esta demagogia política pobre, porque quem neste momento está a subscrever a moção são 17 Municípios, dos quais 7 das Terras de Trás-os-Montes e parece que se esquecem disto. Mas, é bom que falemos claro e sério. Relativamente ao não trazer nada de novo como tiveram oportunidade de ver neste momento temos um documento explicativo mesmo em termos estratégicos que consegue esclarecer qualquer pessoa por pouco instruída que seja. Este é um documento que neste momento está a chegar aos Ministérios. Depois dizem que eu nada fiz para fazer valer a primeira moção mas essa chegou aos Ministros das Infraestruturas e ainda há pouco tempo tive uma reunião e, só por isso, é que se ponderou a ligação Vinhais à Fronteira que neste momento está outra vez em discussão. Por isso não digam que não temos estado a trabalhar e se aposto nesta ligação é porque sei porque o faço e mesmo o Governo Português já percebeu que o futuro está no Eixo Atlântico, e já agora quanto a este assunto eu já expliquei porque motivo quis sair, porque estávamos a perder dinheiro pois dávamos 400 mil euros a uma Associação e recebíamos 10 mil euros. Relativamente à solidariedade dos Municípios é evidente que eu sei que o Sr. Deputado Nuno Morais aqui está a defender a posição dos seus pares da nossa Comunidade Intermunicipal, pois quem não assinou esta moção foram dois autarcas do PSD, porque querem fazer valer a ligação Bragança/Puebla da Sanábria. É óbvio que não sou eu que sou brilhante e que descobri agora a pólvora, porque isto tem como base estudos e apostas que têm sido feitas. Vão estudar o que é a plataforma logística da Godiña, a Estação Ferroviária do Trem de Alta Velocidade que só tem um nome que por si diz tudo “Portas da Galiza, a entrada num grande mundo” que vale tão pouco como metade de Portugal. Vou-lhe fazer chegar o documento que li sobre o qual tentei falar Galego e não Portunhol. Dizer-lhe ainda que a Estrada Nacional 217 não está esquecida e foi uma das estradas que levamos ao Sr. Ministro das Infraestruturas para que não se esquecesse que tínhamos de melhorar essa acessibilidade que é para nós tão importante o acesso ao Planalto, questão que aliás eu sempre defendi. Mais uma vez aconselho-o a ler a moção que é subscrita por 17 Municípios, à exceção de dois Municípios que são do PSD. Houve uma reunião na CIM antes do documento ser redigido e no dia anterior



todos assinaram esse documento e, misteriosamente no dia seguinte a nossa proposta desapareceu da proposta que foi para ao Governo. Portanto isto foi algo que foi engendrado e digo-o aqui sem qualquer problema. Isto foi muito misterioso, como outros mistérios há." -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção que foi aprovada por unanimidade dos membros eleitos presentes. -----

PONTO 2.2 – REFLEXÃO, ANÁLISE E DEFINIÇÃO DO FUTURO DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO / PROPOSTA DO DEPUTADO MUNICIPAL ACÁCIO ESPÍRITO SANTO -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que sobre este ponto disse o seguinte “ Como tive oportunidade de dizer na última Assembleia tínhamos três Planos Estratégicos a ser elaborados por alguém de reconhecida competência e, eu tinha pedido que hoje, tendo aqui presente a empresa responsável pela elaboração do documento estratégico pelo quadro comunitário 21/27, que apresentasse um documento provisório sobre o que é o nosso trabalho como eu vos tinha prometido que dentro de 3 ou 4 meses teríamos esse trabalho aqui apresentado condignamente. Mas, pedi à empresa que está aí que é a SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação que nos deu 4 meses para apresentar o projeto. Esta é uma empresa que trabalha com o nosso Município há muito tempo e quase posso dizer que herdei os bons trabalhos dessa Empresa no tempo do Dr. Duarte Moreno, com quem eles já trabalhavam, e que é de facto uma Empresa competente e que acredito que em termos estratégicos é uma Empresa de inovação empresarial e portanto será aquilo que é desejável para o nosso Município. Acrescento também que se falou aqui várias vezes e por isso fiz questão de trazer aqui, que nós temos também um contrato de aquisição de serviços para a elaboração de um Plano de Ação para a Albufeira do Azibo que é a KisConsulting – Knowledge Intensive Services, Ld.^a, pelo prazo de 6 meses e temos ainda outro contrato de aquisição de serviços para a Elaboração de um Plano Estratégico do Regadio, como também já tinha dito, para o Município de Macedo de Cavaleiros que é a Empresa Campo de Água, Engenharia e Gestão, Ld.^a. Posso ainda dizer-vos que ainda hoje tive uma videoconferência com a Sr.^a Ministra da Agricultura e, saí muito envergonhado dessa entrevista porque reivindiquei tudo quanto podia para o nosso concelho e essa reivindicação culminou com a Sr.^a Ministra a dizer-me “- o que é que os Executivos anteriores fizeram para vocês terem agora projetos a candidatar?” A esta questão eu tive de responder “lamento mas eu herdei o que me deixaram e neste momento só posso dizer que tenho um Plano Estratégico para o Regadio que já está a ser elaborado” e nada mais pude dizer. Mas isto não fica por aqui porque quando houver aberturas de avisos vamos estar na primeira linha, com ou sem projetos. Foi pena não ter sido feito nada. Hoje na apresentação do investimento no Regadio aqui na região estão milhões e milhões e para Macedo zero, e lamento que assim fosse.” -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PSD) – Que disse: “ O Sr. Presidente da Câmara disse que têm 3 Planos que já estão em andamento. Então eu pergunto: o que estamos aqui a fazer? Se já os temos não estamos aqui a fazer nada. E, eu proponho que o valor das senhas de presença da assembleia de hoje fosse doada a uma Instituição, como por exemplo aos Bombeiros para a compra de uma nova ambulância.” -----

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ A votação por unanimidade da moção que solicitava a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária para discutir o desenvolvimento económico pressupõe a intervenção livre, honesta e transparente de todos os macedenses e particularmente dos Deputados Municipais, não fossem estes cidadãos legitimamente investidos pelos eleitores para fazerem aquilo que fazem tão bem em todos os locais e particularmente neste hemiciclo. Ora, tratando-se de um assunto de relevância inquestionável para todos os macedenses é com surpresa e estranheza que constatei dois factos. Primeiro Sr. Presidente da Assembleia, o horário de realização e hipotética duração desta Assembleia. De facto a marcação para as 20h, subentende que quem decidiu não tinha a convicção que fosse necessário muito tempo para discutir assunto desta importância, aliás como o Deputado Ramiro veio cá a dizer que não é um assunto importante, definitivamente. Segundo, a ausência de transmissão em direto desta Assembleia pela Onda Livre, não só para todos aqueles que a podiam acompanhar mas, também para todos aqueles que a podiam rever. Faz pensar que alguém está interessado que assim seja, isto é, que os macedenses não assistam, que não reflitam sobre o desenvolvimento económico do seu concelho. Se assim for, Sr. Presidente da Assembleia quem é que não está interessado em refletir sobre o desenvolvimento económico do concelho? Quem é que não quer usar o seu valioso tempo para o fazer? Ou ainda, quem não está disponível para transmitir num momento de pandemia em que nenhum cidadão poderá exercer a sua participação neste local? Responder-me-ão. Os Deputados. Não. Os senhores Deputados votaram por unanimidade a realização desta Assembleia, portanto não foi por eles que esta assembleia se realizou a esta hora e que a Onda Livre não a transmitiu em direto. Responder-me-ão: A Comissão Permanente não é crível, a Comissão Permanente representa os Partidos Políticos e os seus Deputados, e estes votaram a realização desta assembleia. O Presidente da Assembleia Municipal é provável que o Sr. Presidente ache que uma hora para cada partido é suficiente para se refletir o desenvolvimento económico, bem como é possível que o Sr. Presidente e a sua Mesa achem que não é necessária a transmissão em direto pela Rádio Onda Livre. O Executivo Municipal responder-me-ão outros - sim é possível. Antecipando o Executivo Municipal que estaria sob escrutínio do povo, num assunto tão sério como o desenvolvimento económico, tentou tirar as desvantagens hipotéticas. Por um lado diminuir o tempo de discussão, por outro lado não ficar sob o escrutínio do povo, não convocando a Rádio Onda Livre para realizar a transmissão, ou alegando, que a realização destas Assembleias Extraordinárias não está incluída no pacote de serviços contratados, imagine-se. Lamento. Mas seja qual for a razão são os macedenses que perdem mais uma vez, são os macedenses que



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

limitam expressar a sua opinião porque têm represálias por parte do Executivo Municipal. São os macedenses como eu Sr. Presidente, que são alvo de expressões do Executivo do tipo “tem cuidado com quem falas”- para amigos meus – “devias ter vergonha de ir a um espaço dele” – para outros amigos meus – “olha que ele esteve reunido com este e com aquele para estarem contra nós” – para outros amigos meus – “olha que não é da nossa confiança” – para outros amigos meus. -----

O Presidente da Assembleia Municipal interpelou o Sr. Deputado para perguntar onde está na sua intervenção o desenvolvimento económico? -----

O Deputado Municipal respondeu “Sr. Presidente tem de me deixar acabar. Mas eu até lhe faço um favor. Se o Sr. Presidente me quiser por na rua, que aliás presumo bem que sim, pela porta onde entrei seu saio. Esteja à vontade. Tem é de ter a coragem de me pôr na rua. Já o fizeram outras instâncias e o senhor sabe disso muito bem, mas eu vou continuar”. “Confiança face a quem e a quê? Caros colegas Deputados, o exercício da democracia e da cidadania obriga-nos a não termos medo de sermos verticais, sérios, transparentes e eticamente corretos, mesmo que alguns deixem de nos respeitar, ou mesmos considerar ou mesmo cumprimentar. É no exercício desta ética da verticalidade, da seriedade e da transparência que entendo a reflexão que agora iniciamos. Apelo eu, à participação de todos, pois esta não é uma Assembleia Extraordinária do Deputado Acácio Espírito Santo, esta é a Assembleia sobre o desenvolvimento económico de um concelho para o qual está mandatado um Executivo Municipal. Para tal, solicitava ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que, em primeiro lugar ouvíssemos o Sr. Presidente do Município, seguramente, e o seu plano para o desenvolvimento económico do concelho e eu, continuaria a seguir, se ainda tiver tempo, apresentando o meu plano.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal disse que sendo vontade do Senhor Deputado, a Câmara tem aqui a Empresa que irá apresentar, o que irão fazer para desenvolver o plano. ----- Surgem neste momento algumas reações dos deputados municipais que se manifestam contra a apresentação por parte da Empresa dos princípios do plano. -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou quem é que se opõe a que a Empresa apresente aqui “as linhas mestras” do plano? Posta à votação foi aprovado por maioria com 12 votos contra e 4 abstenções. -----

O Presidente da Câmara Municipal disse ao Presidente da Assembleia se este ambiente de confusão continuasse ausentar-se-ia da reunião por uma questão de honra, pois nunca tinha vista coisa igual. -----

Disse que não é como o Dr. Acácio que tem uma empresa brilhante que consegue apresentar planos estratégicos. Ele faz aquilo que tem de ser feito, que é contratar uma empresa nos termos dos princípios da contratação pública e, é assim que vai ser feito. Aliás existem planos estratégicos comuns para a Comunidade Intermunicipal, que são empresas que os apresentam e não são apresentados em definitivo. Se continuam a insistir ausento-me da reunião. -----

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia usou da palavra para dizer “na Comissão Permanente discutiu-se e definiu-se o tempo de uso da palavra de cada bancada. Os respetivos representantes ficaram de informar os elementos das bancadas do tempo disponibilizado. Quanto à questão de 1h por bancada para uso da palavra não foi uma decisão da Mesa da Assembleia, pois foi a Comissão Permanente onde também a sua bancada tem assento. Em relação ao que foi dito sobre a intervenção da Câmara foi acordado que em última instância se colocaria à consideração do plenário se autorizava ou não que a Empresa, ou Empresas pudessem pronunciar-se sobre os planos que o Presidente da Câmara referiu.” -----

De seguida o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao representante da Empresa que elaborou o Plano que disse o seguinte -----

” Conforme devem compreender há aqui partes da discussão a que somos alheios e antes de começar a falar sobre o plano, gostava de manifestar o nosso respeito e consideração pela Assembleia Municipal e considerando-a um dos pilares da nossa democracia e o poder local democrático e os órgãos eleitos dos Municípios são seguramente os órgãos em que documentos como este devem ser trabalhados e discutidos. E, isso é um princípio base que temos e sabemos que em Macedo de Cavaleiros como em outros Municípios, muitos deles aqui no Nordeste, muitos dos nossos documentos são frequentemente discutidos em Assembleia Municipal e até são poucas as vezes em que somos chamados a apresentá-los diretamente e é com muito gosto que o fazemos. -----

O que nos foi pedido foi que fizéssemos aqui o enquadramento do trabalho que estamos a fazer e começava por falar no que é o enquadramento global da Estratégia de Macedo de Cavaleiros 20/30. Estes trabalhos e o nosso diálogo com a Câmara e dado que já nos encontramos em novembro podemos falar que nós já seguramente em abril tínhamos começado este diálogo numa lógica de preparação do que chamávamos próximo quadro comunitário de apoio e era para isso que os trabalhos estavam encaminhados. Entretanto de abril até agora existiram alterações que fazem com que o documento não seja exclusivamente para a preparação do Quadro Comunitário e esta designação de 20/30 cubra muito mais instrumentos. A questão é nós nos próximos anos termos vários instrumentos que já não são apenas o quadro financeiro plurianual da União Europeia e sobretudo o que é o chamado Plano de Recuperação Europeu e o que é o nosso Plano de Recuperação e Resiliência têm um conjunto grande de instrumentos e um grande volume de financiamentos que tem de ser considerado na Estratégia de Macedo de cavaleiros. Esses documentos têm um conjunto de eixos estratégicos diferentes entre eles, tem um conjunto de objetivos diferentes e que nós entendemos que os podemos trazer com vantagem para o que são as reflexões sobre o desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros, para o que sejam iniciativas, projetos e linhas de orientação que venham a sair deste processo de reflexão, podem estar mais diretamente enquadradas no que são esses tais instrumentos e falava do Quadro Comunitário, da Estratégia do Portugal 20/30 e do Plano de Recuperação e Resiliência. Temos portanto como objetivo trabalhar o que é um documento Estratégia Macedo de Cavaleiros 20/30 e esta



G
er
A

metodologia tem 3 objetivos fundamentais: começa por um que não lhe quisemos chamar diagnóstico até fruto do nosso próprio trabalho, já temos vários diagnósticos e vários levantamentos feitos do que é a realidade em Macedo de Cavaleiros, mais uma identificação no momento inicial do que é são os fatores críticos para o desenvolvimento. A seguir a isso gostávamos de ter as tais linhas de orientação e a definição de uma estratégia para o concelho e daí decorrem as iniciativas prioritárias e os projetos estruturantes que se pretendem implementar no território. Para termos estes objetivos cumpridos estão previstas 5 etapas: uma primeira de preparação dos trabalhos e arranque dos mesmos e, acho que aqui, acaba por haver um momento simbólico que é a participação nesta Assembleia Municipal, há depois a identificação dos fatores escolhidos para o desenvolvimento, definição da estratégia, plano de ação e a elaboração do documento. Muito rapidamente sobre cada um deles, num primeiro momento temos uma articulação com o Município para vermos quais são os mecanismos de participação e os documentos relevantes que temos de ter em consideração. No segundo momento temos a análise documental, a auscultação das entidades e dos atores que devem ser ouvidos para elaboração do plano e a tal proposta dos fatores críticos e desafios para o desenvolvimento. A estratégia está assente normalmente nas linhas de orientação, objetivos e projetos estruturantes. Neste momento procuramos fazer com que a estratégia de Macedo esteja completamente articulada com o que são os instrumentos estratégicos de nível superior. Para a elaboração do Plano de Ação que, normalmente é aquilo que é mais visível num plano deste tipo há um exercício de identificação do que são boas práticas nacionais e internacionais, o que é que podem ser projetos inspiradores que se realizaram noutros concelhos ou noutras regiões e que poderão ser exemplos do que poderá vir a ser feito em Macedo de Cavaleiros. Dizer que já houve casos em que tivemos exemplos do que não devia ser feito em determinada região e com isto conseguimos defender as iniciativas prioritárias. Estamos a falar de iniciativas estruturantes de onde decorrem um conjunto de ações ou projetos de nível inferior e com menor grau de aprofundamento, os que irão para o plano com maior visibilidade é uma carteira reduzida de 10 ou 20 projetos estruturantes que se considera prioritários implementar nos próximos anos. A última etapa tem a ver com a elaboração do próprio documento, a sua apresentação e validação, não só em foros internos ao Município mas também junto de Entidades superiores, desde a CCDRN, as Entidades relacionadas com o Turismo, Agricultura, Ministérios ou Secretarias de Estado. Isto é o pacote que compõem a metodologia do projeto. A última coisa que teria para apresentar e que encaixa no que já foi dito anteriormente, foi que isto é um processo que está a começar e estão previstos 4 meses para a elaboração dos trabalhos, em que há uma primeira fase da identificação dos fatores críticos e desafios para o desenvolvimento que serão agora produzidos até final de novembro início de dezembro. Este é o enquadramento dos trabalhos que o Senhor Presidente referiu e como vimos estamos numa fase bastante inicial e há aqui um processo de auscultação que irá ser promovido pelo Município e no âmbito do qual nós pretendemos ouvir todos os que tenham um contributo válido para o trabalho." -----

LUÍS MANUEL DE OLIVEIRA MIRANDA PEREIRA (CDS) – Que disse: “ Confesso que fiquei um bocado incomodado com o que se está a passar e a desenvolver aqui. Eu não estive na última reunião da assembleia mas, disciplinadamente, obviamente que aceito a decisão que tomaram relativamente a ser convocada esta assembleia para discutir um Plano que o colega Deputado Acácio espírito santo iria apresentar. Na reunião da Comissão Permanente decidiu-se que cada Grupo Parlamentar teria 1 hora para poder expor o que entendesse e que quem tivesse algo para dizer que teria de o fazer dentro dessa hora. Pessoalmente, na Comissão Permanente, expus o meu entendimento de que esta Assembleia não deveria ter tido lugar, porque acho que a Assembleia não serve para isto. A Assembleia é um órgão de fiscalização relativamente à vida do concelho e às propostas e atitudes da Câmara Municipal e portanto relativamente ao Desenvolvimento Económico do Concelho, que é realmente alguma coisa de muito importante, e àquilo que se pensa sobre isso, ou fazíamos um Seminário para discutirmos isso entre nós e a Empresa que o Sr. Presidente contratou teria todo o espaço de poder explicar o que quisesse e de em diálogo podermos todos eventualmente contribuir para uma ideia mais ou menos consensual do que poderia ser o desenvolvimento do concelho. Mas convocar uma assembleia onde não vai haver decisões, onde nenhuma destas propostas vai ser votada é realmente uma espécie de Seminário, não é propriamente uma assembleia e desvirtua-se o que é o papel da assembleia, e, eu isso, confesso, pessoalmente, é algo que me desagrada profundamente. -----

Relativamente à Comissão Permanente e à intervenção da Câmara, ela era, obviamente necessária e teria sempre lugar, mas até se chegou a referir, como aliás já foi dito, que até poderia não existir porque realmente essa discussão sobre o futuro, ou é alguma coisa em que se faz a Câmara antecipar ao que ainda não tem e, como vimos aqui na exposição da Empresa, fomos confrontados com um sumário que nenhum de nós reteve e que nenhum de nós neste momento saberá como se vai desenvolver, só no fim quando houver propostas concretas é que há e, terá todo o sentido, a Assembleia discutir e pronunciar-se sobre isso. Neste momento, quanto a mim, não faz sentido nenhum mas, como a Assembleia entendeu que era de ouvir as propostas do colega Deputado Acácio Espírito Santo estamos cá para o ouvir e vamos com certeza a seguir ouvi-lo. Mas queria que ficasse claro o entendimento que foi realmente, que a Câmara poderia até nem estar presente porque não haveria nenhuma alteração às coisas e, que, estando poderia ser o Sr. Presidente a falar e a apresentar porque não haveria lugar à intervenção de nenhuma Empresa porque também para o que foi, já se percebeu que não valia a pena. Mas, foi isso que foi falado, não houve uma decisão e penso que todos os membros da Comissão Permanente são pessoas de bem e honradas e o que dizem dizem-nos no seu entendimento honesto de como as coisas se passaram e efetivamente foi assumido que não haveria esta situação de passar a palavra ao representante da Empresa. Acho portanto, que esta Assembleia Municipal Extraordinária não devia ter sido realizada, e que o requerimento do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo não devia ter sido aceite e posto à votação e penso que estamos todos um pouco a perder tempo.” -----



G. Pereira

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS) – Disse o seguinte “ antes de mais dizer que tenho muita estima pelas palavras do Deputado Municipal Miranda Pereira. Conheço-o há muitos anos e gosto muito das suas intervenções porque normalmente faz reflexões muito sensatas e muito valiosas. Quanto à realização desta Assembleia o objetivo era antecipar algumas propostas que ainda possam vir a ser incluídas no próximo orçamento, isto para não perdermos mais 4 anos, do meu ponto de vista. E, nesse sentido acho que estas Assembleias, mais do que isso, acho que se este hemiciclo serve para tanta coisa devia servir em primeira instância para propor projetos de desenvolvimento económico, mas isso, sou eu que penso. ---- De seguida vou apresentar um trabalho que foi feito integralmente por mim e não quero que em circunstância alguma o Executivo pense, ou suspeite que alguém me ajudou a fazer este trabalho. -----

Eu estabeleci, 4 eixos prioritários, 18 objetivos e 65 medidas que deveriam ser incluídas, umas mais rápidas e outras mais à frente no nosso Plano de Desenvolvimento Económico. -----

A visão que eu tenho vem de um projeto que comecei a construir há algum tempo e que depois partilhei com o Senhor Presidente da Câmara e depois desenvolvi também com ele e com o Zé Miguel que é o Projeto SidUp. A Missão é promover o desenvolvimento do território de forma integrada alocando conhecimento, produção e governança. Isto é muito importante porque tal como dizem alguns teóricos muito importantes do mundo sobre desenvolvimento territorial, um deles é André Torre que pertence ao Instituto Francês de Agricultura, Alimentação e Ambiente. E este senhor diz que o desenvolvimento territorial está subjacente a dois grandes motores – a produção e a governança – e já outro grande Executivo que é o Leonardo Romeu, Presidente do Local Development Internacional, que é uma Instituição sediada nos Estados Unidos, também é professor de uma Escola americana, sediada em New York e tem como principal função trabalhar em parceria com os territórios mais desfavorecidos e alocar desenvolvimento para esses territórios. O SidUp pressupunha basicamente 4 domínios fundamentais em termos de desenvolvimento. Um era a economia e as empresas, o outro património e turismo, o outro a natureza e o ambiente e por fim o bem-estar e a saúde e era em função destes 4 domínios de desenvolvimento que nós iríamos desenvolver medidas e projetos. Tenho também uma anotação face aos eixos de desenvolvimento e para a economia e empresas vou alocar medidas para criar emprego, promover investimento e gerar valor acrescentado que é o eixo 1. Vou alocar o eixo 2 que é o eixo da inovação e o eixo 3 e o eixo 4 que uma agenda 20/30 que tem a ver com todo o aproveitamento de medidas mais estatais ou comunitárias. Para a natureza e o ambiente mais uma vez o eixo 1, o eixo 2 também de inovação e o eixo 3 a que vou chamar de urbanidade e qualidade de vida. Para o bem-estar e saúde essencialmente 2 eixos da inovação e da urbanidade e qualidade de vida e para o património e turismo o eixo 1 – criar emprego promover investimento e gerar valor acrescentado e as pessoas – inovação. ---- Para o eixo 1 o primeiro objetivo entendi que deveria ser concetualizado expansão e expandir a Zona Industrial e elenquei 6 medidas que me parecem essenciais para colocar no terreno. A medida 1 - reunir com os diferentes operadores (eventualmente gerar um conselho consultivo), com os operadores daquela área e definir e priorizar tipos de investimento para aquela zona.

Medida 2 – criar estacionamento e infraestruturas sanitárias para TIR; Medida 3 – desenhar espaço comercial com cafetaria, restauração e hotelaria, eventualmente para depois alugar ou vender; Medida 4 – criar Lotes de grandes dimensões pois sabem como isso tem sido um problema nos últimos anos; Medida 5 – gerar um plano de marketing da Zona Industrial, pois este parece-me um aspeto fundamental para se poder vender e Medida 6 – obviamente seduzir empresas e empresários para aquela zona. Portanto este Eixo 1 que é o eixo de criação de emprego e investimento, este primeiro objetivo que tem em conta a Zona Industrial. E, ainda neste Eixo Promover Potencial de Investimento: A medida 7 seria – mapear zonas de investimento periféricas à Albufeira do Azibo e, particularmente identificar zonas de construção eco resort ou habitação permanente eco sustentável e parece-me que estas são medidas que devíamos lutar por elas rapidamente. Medida 8 – promover zonas de investimento na cidade, apoiando iniciativas inovadoras do tipo Hotel-Museu da Caça no Edifício da Estalagem do Caçador, esta foi uma ideia que fomos germinando entre amigos há algum tempo, mas, é uma ideia muito gira, sendo Macedo a Capital da Caça. Medida 9 – definir e construir infraestruturas prioritárias para o turismo, por exemplo passadiços, parque aquático, parque de campismo, etc, mas acho que é preciso uma definição e priorizar com investimento e colocá-lo no terreno. Medida 10 – criar um plano de marketing para a cidade e concelho que também não há e Medida 11 – apresentar em feiras nacionais e internacionais que muitas vezes aproveitamos mal. Ainda neste Eixo – Objetivo 3 – Identificar Produtos Transacionáveis. A Medida 12 - é a Autarquia enquanto forma de Governo apoiar na identificação de produtos com alto potencial transacionável. Medida 13 – Promover/apoiar a certificação e denominação dos produtos – penso que o EDRU tinha já algumas coisas nesse sentido em marcha. Medida 14 – apoiar empresas e empresários interessados na certificação e denominação de produtos – e chamo aqui à atenção para a certificação, em alguns países Europeus como a Alemanha, exportar para a Alemanha exige-se uma série de certificações muito complexas e, se nós não apanharmos este comboio com tempo provavelmente não vamos conseguir ser exportadores mas também não sei se queremos. OBEJTIVO 4: Incubar, Transformar e Produzir – um objetivo muito importante. Na Medida 16 – Requalificar o Edifício SidUp, prevendo diferentes valências, entre as quais e particularmente a de incubação de empresas – SidUp incubação. Chamo a atenção e partilho convosco uma ideia que o Senhor Presidente sabe que em tempos eu tive. Eu sou de opinião que a parceria com o Instituto Pedro Nunes de Coimbra para a incubação de empresas seria muito importante para o território. Optou-se pela BLC3 e já manifestei aqui a minha desconfiança face a esse projeto. Medida 17 – Gerar start-up's, ou seja criar empresas que vão começando a trabalhar nos terrenos daquilo que são os nossos produtos. Medida 18 – apoiar iniciativas que envolvam a transformação de produtos endógenos de modo a gerar valor acrescentado. Uma coisa que a nossa economia tem e que efetivamente estraga tudo é que nós basicamente continuamos, por exemplo na agricultura, a ser recolectores, ou seja, nós apanhamos o produto, não o transformamos e não geramos mais-valias e assim ficamos com muita dificuldade de progredirmos economicamente e era necessário dar um impulso a esta situação. OBJETIVO 5 – Gerar Dinamismo Populacional e



Y
ew
A

Económico. Medida 19 – apostar no Ensino Superior, particularmente na licenciatura em fisioterapia, (e aqui uma nota de rodapé – eu colaboro e tenho muita estima pelo IPB, mas se este não é o nosso parceiro ideal para utilizarmos e reforçarmos as infraestruturas existentes, pois trabalhe-se com outra empresa e com outra instituição que nos dê garantias que tem esse interesse). Acho que temos de ser assim, e um pouco mais agressivos em determinada altura e o Senhor Presidente sabe que estou a falar de pessoas que estimo e de quem sou amigo. MEDIDA 20 – reforçar a aposta na unidade de alojamento de estudantes de ensino superior, previsto no plano nacional de alojamento. Penso que o senhor Presidente também deve estar atento a isso, que é o alojamento para estudantes do Ensino Superior que é no edifício da antiga Estalagem do Caçador. Há uma monografia que podem consultar no Ministério da Ciência e do Ensino Superior e, aparece logo nas primeiras páginas Macedo de Cavaleiros, com um plano até 2023. MEDIDA 21 – negociar a implantação de serviços de caráter regional, aproveitando a centralidade distrital, ultimamente temos aproveitado pouco a nossa centralidade regional para aquilo que são serviços, quer das empresas, quer das multinacionais, quer das empresas do Estado. OBJETICO 6 – ainda no mesmo Eixo – Apoiar a renovação, reorganização e manutenção do tecido empresarial local, e alguma coisa esta Autarquia já tem feito nesse sentido mas gostava que se avançasse um pouco mais e que se definissem por exemplo zonas de tecido económico para o futuro, zonas integradoras, ou seja, que a câmara olhasse para o tecido económico local e dissesse por exemplo, "aqui se calhar organizávamos um local onde houvesse isto e mais isto e além potenciaríamos mais isto ou isto, para organizar e desenhar uma Cidade diferente mais apelativa e mais evoluída. Aqui aplica-se a MEDIDA 23 – definir zonas integradoras de tecido económico para o futuro, por exemplo, comércio-restauração-hotelaria-lazer, porque os clientes dos Hotéis são clientes da Restauração do Comércio e de Atividades de Lazer. MEDIDA 23 – apoiar a renovação de espaços comerciais e aqui penso que o EDRU deveria ter um papel muito mais importante que é, não só de apoiar mas também de aculturar as pessoas para aquilo que são as medidas que existem em diferentes Quadros Comunitários ou até em Apoios Estatais para a renovação dos seus espaços e na MEDIDA 24 – apoiar a inovação no comércio de bens e serviços. -----

EIXO 2 – INOVAÇÃO -----

OBJETIVO 7 – alocar conhecimento científico e envolver os diferentes agentes económicos em estratégias de inovação. E, para quem não está muito familiarizado com isto inovar eu diria que seria basicamente alocar conhecimento a uma coisa que existe ou que ainda não existe e, torná-la verdadeiramente diferente. Ora, sem conhecimento é difícil inovar e daí que uma das principais preocupações do início do mandato do senhor Presidente da Câmara foi justamente criarmos uma Escola, ou uma parceria com uma instituição do Ensino Superior que pudesse alocar conhecimento mas não temos tido muita sorte a esse nível mas a Escola existe e é necessário continuar a promovê-la e a desenvolvê-la porque é uma infraestrutura crítica para a inovação da atividade empresarial, sem conhecimento científico vai ser difícil inovar. MEDIDA 26 – Identificar potencial dos recursos endógenos na estratégia regional de inovação e operacionalizar a sua inserção no sistema regional de inovação, isto existe em Portugal, são

instrumentos complexos e temos de ter gente que domine estes instrumentos e que nos ajude a inserir aquilo que nós conseguirmos produzir, diferenciar ou inovar nestes temas e nesta estratégia nacional. MEDIDA 27 – oferecer formação científica à medida ao tecido empresarial aproveitando a sinergias com a escola de negócios e dou-vos um exemplo, oferecer uma formação de inglês ao tecido empresarial local basta combinar com a Escola de Negócios e a oferta é feita logo amanhã. A Escola de Negócios existe precisamente para ter esta proximidade com o tecido empresarial e local. OBJETIVO 8 – Diferenciar o Território, a estratégia de inovação requerem diferenciação e nesse sentido eu proponha uma medida que gostava que fosse incluída já nos próximos planos e orçamentos, que é a identificação de Grupos de Freguesias que pelos seus aspetos diferenciadores possam constituir-se em Polos de desenvolvimento. Basicamente é: organizamos grupos de freguesias que tenham produtos que são diferenciados e promovemos todo esse conjunto de diferenciação, a certificação, a industrialização, ou seja, a Autarquia ser o motor destas propostas. MEDIDA 29 – priorizar o investimento público promotor da diferenciação territorial, esta é também uma questão importante, ou seja, se nós não utilizarmos o dinheiro público para diferenciar o território significa que estamos a gastar dinheiro mal gasto e que não vai ter retorno. MEDIDA 30 – identificar investimentos públicos com base na transação de produtos ou de serviços diferenciadores do território, o que peço à Autarquia é que tenha especial cuidado quando vai investir para aumentar a capacidade de transação de produtos. Na inovação, não há inovação sem pessoas e as pessoas pensam muito em inovação com tecnologia mas, a inovação não se faz, nem sem conhecimento, nem sem pessoas e portanto a participação cívica ativa é fundamental e numa Autarquia muito mais ainda e eu proponho e de imediato sugeria ao executivo que o fizesse, que criasse um conselho económico-social envolvendo as IPSS, as associações empresariais e de produtores, pessoas de reconhecido mérito da sociedade civil e menos da diáspora. Este conselho que reunia pessoas com responsabilidade e habitualmente com visão seria extremamente importante como órgão consultivo para a MEDIDA 32 – priorizar objetivos, medidas ou investimentos dentro da Autarquia. -----

EIXO 3 – Urbanidade e Qualidade de Vida; OBJETIVO 10 – Identificar e mapear infraestruturas públicas promotoras da qualidade de vida. São vários tipos de infraestruturas e na MEDIDA 33 digo que é uma medida lata e temos de as identificar. E o que é necessário para melhorarmos a nossa qualidade de vida e temos de mapear a sua instalação e eu dou dois exemplos: temos a requalificação do parque de jogos do edifício SidUp, que é uma coisa fácil de fazer, e que sem dúvida pode ser aproveitado pela população para praticar desporto e passear as crianças e lá vêm os meus dois campos de ténis, pois naqueles dois espaços adjacentes cabem lá e bem que podiam ser lá feitos, que me dava jeito para ir lá a jogar. Continuando neste Eixo Requalificação Urbana, eu aqui também pedia à Autarquia para ter uma especial atenção à Requalificação do Centro Urbano de Macedo de Cavaleiros e das entradas na Cidade pois temos uma péssima imagem de entrada venhamos nós de onde venhamos, à exceção talvez da Via Sul. Pedia também que olhassem para a requalificação da Praça Agostinho Valente e que previssem uma ligação pedonal ao Parque da Cidade. E, peço para refletirem sobre isto,



porque me parece essencial para a revitalização do Centro Urbano de Macedo. Aquele Centro está progressivamente a “morrer” e se não fizermos nada vai “morrer” mesmo. E, até vos digo mais, eu sinto que o Centro Urbano de Macedo já não é ali. Será algures na zona de restauração perto da antiga EDP, onde há os cafés e restaurantes, ou será mais lá acima perto da Rotunda do Mel. Na verdade há muito tempo que o Parque da Cidade é ansiado, mas o Parque que era ansiado há 30 anos era um parque que pressupunha uma ligação pedonal do centro ao parque da cidade. Requalificação das entradas da Cidade porventura com homenagens temáticas aos aspetos mais diferenciadores do território e porque não? Temos as entradas e porque não, desenhamo-las homenageando aquilo que são as nossas características históricas de património ou culturais. MEDIDA 36 – Requalificação do parque municipal de exposições (penso que é essencial) e ligação ao parque da cidade, eventualmente com a construção de viaduto (sei que pode ser uma obra caro, pode vir a ser elencada em vários orçamentos consecutivos, ou não, ainda que me pareça que temos ali um espaço que está completamente desaproveitado todos os anos e, era bom que requalificássemos esta MEDIDA 37 que era uma das que eu pedia também – Requalificação nas Naves do Parque de Exposições, prevendo a construção de um centro multiusos, acho que os arquitetos conseguem bons exercícios a este nível e penso que sem se gastar muito dinheiro podemos ter aquilo, que me parece também muito diferenciador que era o único centro multiusos do Nordeste. Se não o fizermos nós, penso e temo que o primeiro a fazê-lo vai tê-lo e depois mais nenhum o vai ter. MEDIDA 38 – pedia à Câmara uma especial atenção à redefinição das infraestruturas do Parque da Cidade, prevendo a criação de um lago que permita a ligação da cidade com o ícone Azibo. É incrível e eu continuo a dizer: como é que se faz um Parque da Cidade que não o ligue àquilo que é mais maravilhoso e mais icónico da Cidade? Isto é incrível. Há outra medida que eu também defendo, algures para perto do Parque da Cidade que virá a seguir mas, o lago poderia ser, e penso, aliás a Empresa que o Senhor Presidente trouxe a esta assembleia e que está a trabalhar no Desenvolvimento Estratégico de Macedo de Cavaleiros eu próprio já tinha consultado um documento dessa mesma Empresa e nesse documento algures em maio de 2017 vem lá a sugestão para a criação de um lagonário e portanto acho que é capaz de estar em boas mãos este trabalho com esta Empresa, embora pense que quem define aquilo que quer para o território não são as Empresas a quem pedimos os trabalhos. Quem define isso somos nós que sabemos o que queremos para o território. Ainda no EIXO - Urbanidade e Qualidade de Vida o Objetivo 12 – Definir e Qualificar Corredores Rodoviários Estratégicos, andamos sempre aqui a desviar argumentos de Freguesia para Freguesia, se a estrada é importante ou se não é e eu acho que é preciso que a Autarquia traga a esta Câmara coisas tão simples como: o que é que ela pensa que são os corredores rodoviários estratégicos para o desenvolvimento integral do concelho e é nisso que depois nós vamos refletir se queremos investir ou não, e que hierarquize as prioridades de investimento em função dos fluxos populacionais porque são as pessoas que temos de servir mas também hierarquizar as prioridades de investimento em função dos fundos perdidos porque se as pessoas produzirem e tiverem muita dificuldade no transporte também é

mau. Temos portanto de estipular critérios para depois não andarmos aqui avulso (esta Fatia de 10 mil euros vai para ali, esta para ali de 50 mil – olha amanhã tu passas para o meu lado e vou dar-te mais 100 euros. Isto é ridículo e não é maneira de se fazer política no Séc. XXI. E depois qualificar esses corredores rodoviários estratégicos. Ainda neste EIXO tornar visível o Património Cultural do Concelho à escala global e eu continuo a defender que deve ser feita uma reinventariação do património histórico, cultural e arquitetónico documental, e por isso é que sugeri em tempos ao Senhor Presidente da Câmara que para o projeto SidUp precisávamos de uma pessoa de história e património para nos ajudar neste percurso, para inventariar e para sabermos aquilo que existe, pois sabendo aquilo que existe podemos saber o que podemos fazer com ele. Depois desenvolver os Museus, isto parece-me fundamental. Sei que há muitas guerras com os Museus mas, convenhamos e vamos situar-nos no que é essencial e deixar o acessório – MEDIDA 45 – promover a divulgação digital do património cultural, material ou imaterial, isto hoje é fundamental, as pessoas clicam num botão e querem saber o que é o território de Macedo de Cavaleiros ou do Geoparque Terras de Cavaleiros e portanto temos de investir na digitalização e na especialização inteligente do concelho. MEDIDA 46 – projetar um Carnaval de Verão com base nos Caretos de Podence é uma medida unicamente minha, que saiu da minha cabeça, pode ser gira, pode não ser, mas o que eu vos digo é que o que eu quero é internacionalizar mais no terreno, aquilo que são os Caretos de Podence porque estes e todos os rituais associados acontecem numa altura em que não é tão fácil as pessoas deslocarem-se ao nosso território. MEDIDA 47 – e também queria que a câmara incluísse isso em próximos orçamentos que é a construção de um centro interpretativo do geoparque (com arquitetura de autor) pois tivermos uma obra do Arquiteto Siza Vieira temos não só obra como muitos visitantes para essa obra, pois iremos ter uma obra de arte, de forma a permitir aos visitantes um contacto rápido com o potencial do concelho. OBJETIVO 14 – Eleger a Agricultura, a Floresta e a Cinegética como elementos fundamentais da preservação Ecosistémica e, vou dar aqui privilégio à caça, a caça está a ser esquecida mas a caça deu-nos um lugar no mapa durante muitos e muitos anos e a estalagem do Caçador e a sua história é o exemplo concreto disso e, eu gostava que recuperássemos tudo aquilo que a caça nos deu (até em homenagem à caça) e lembrar-vos que a cinegética é talvez a melhor forma de pegarmos na eco-sustentabilidade dos sistemas e, só ganhamos com isso também. Portanto, apoiar a manutenção das culturas fundamentais à preservação das espécies cinegéticas e temos também de apostar na agricultura biológica. Nós temos agricultura de poucos hectares e temos de aproveitar aquilo que hoje as pessoas pedem e pedem coisas Bio, que são coisas produzidas em pouca escala e pagam bem por ela, mas, não estamos a conseguir produzi-las. MEDIDA 50 – desenvolver a cultura cinegética concretizando a denominação do concelho como capital da caça, coisa que, fora a Feira da Caça e que vocês sabem que apesar da toda a boa vontade da Autarquia e de todas as pessoas que colaboram, quer a Feira da Caça, quer a Feira de S. Pedro necessitam urgentemente da renovação daquele espaço para poderem progredir em qualidade. OBJETIVO 15 – Diferenciar o Território na Prática Desportiva – já o tinha aqui defendido e gostava que de



Handwritten signature and scribbles.

uma vez por todas o nosso Município definisse as modalidades potencialmente diferenciadoras do território. Sabemos que não podemos ter as modalidades todas, mas também devíamos ser inteligentes e ter algumas que os outros não têm e promover o dinamismo populacional na sequência da prática desse tipo de atividades pois se andamos sempre a investir no mesmo, não saímos da “cepa torta”. Recuperar o projeto do Campo de Golfe junto à Albufeira do Azibo, concretizando-o como eco-sustentável era um exemplo daquilo que pode ser o nosso concelho se conseguirmos concretizar uma coisa tão simples, ou tão complexa, como um campo de golfe. Pessoalmente, tenho muita pena que se tivesse abandonado esse projeto porque tinha pernas para andar na época em que se pensou, ainda no mandato do Eng.º Beraldino Pinto.

MEDIDA 53 – identificar potencial do Azibo para a prática de canoagem e sobre isto penso que a Câmara tem alguns projetos nesse sentido. MEDIDA 54 – definir objetivos mensuráveis, diferenciadores e calcular em função disso, financiamento a alocar a cada grupo desportivo. Esta é uma medida de seriedade. Nós temos que financiar os Clubes Desportivos em função dos objetivos diferenciadores que eles têm e da mensuração desses objetivos, não podemos financiar porque é giro. Já se acabou com o futebol profissional em Macedo, já se regressou ao futebol profissional. Que se mantenha o futebol e que mantenham outras modalidades desportivas mas que se definam objetivos mensuráveis e que ano a ano, em função dos objetivos atingidos lhe seja atribuído o financiamento e se preciso for até mais um prémio.

OBJETIVO 16 – AGENDA 2030 que é o que considero o 4.º EIXO prioritário do envolvimento no nosso desenvolvimento o OBJETIVO 16 é definir e hierarquizar investimentos públicos estratégicos para o desenvolvimento económico. É muito importante gerar planos de investimento público plurianuais, que reúnam consensos alargados entre as forças políticas do território e entre estas e a sociedade civil. O que eu peço aqui à Câmara é que a pagar para os projetos que envolvem orçamentos plurianuais e antes de os colocar no terreno que se dedique a auscultar, não só os Deputados e os legítimos representantes do povo mas, as pessoas, a sociedade civil, o tecido empresarial, as IPSS, é preciso auscultar as forças vivas do território para ver se aquilo é prioritário, se é rentável, se traz retorno económico. MEDIDA 56 – definir investimentos públicos de grande envergadura que envolvam a alocação de verbas em vários anos e dou o exemplo de ligações ecosustentáveis da Cidade ao Azibo, é há muito tempo ansiado e fica sempre no caderno de encargos e não deveria ser assim. Ainda na AGENDA 2030 um assunto muito complicado e peço no OBJETIVO 17 que a Autarquia dedique a eliminar o clientelismo partidário na Administração Autárquica, em tudo semelhante a um processo de corrupção encapotado. Não tenho medo de o dizer. Eu estou em Macedo na política há mais de 30 anos, sempre tive conhecimento de processos menos transparentes, de autêntico tráfico de influências e isso é crime. A isso chama-se corrupção. E, isto tem de acabar sabem porquê? Porque qualquer um de nós se for para a Autarquia, nós queremos ter na Autarquia os melhores para trabalhar connosco. E, os melhores têm de ser escolhidos. Por quem? Por alguém que seja independente e que não olhe a se é meu filho ou se é meu enteado. Mas olhe verdadeiramente não só para o curriculum mas para as competências profissionais de quem vamos contratar. Portanto, eu gostava na Medida 57 que a Câmara

aumentasse a transparência na contratação Autarquia, que permeasse as competências, que reforçasse positivamente o mérito, que é uma coisa que eu não vejo fazer, que promova concursos públicos com seleção de candidatos a serem efetuadas por Entidades Independentes e não por ninguém da Autarquia. -----

Medida 61 – promover a contratação de recursos humanos altamente qualificados. Isto é o que nós precisamos. Eu sei que isto é um tema verdadeiramente aborrecido, mas é por aqui, meus caros amigos, que muitas vezes se ganham eleições e também algumas vezes se perdem. Cada vez mais nós estamos atentos a isso. Todos nós. OBJETIVO 18 - Definir investimentos prioritários com a Administração Central. MEDIDA 62 – definir o posicionamento do concelho no contexto da economia produtiva, gerando clusters. No início eu disse, desenvolvimento económico é produção e governança. Se não for a Autarquia a definir qual é o posicionamento do concelho no tecido económico regional provavelmente ninguém vai fazê-lo. Mirandela já ganhou o lugar dela na indústria alimentar, Bragança já ganhou o lugar dela na indústria automóvel e nós temos de definir aquilo que queremos, não podemos produzir tudo e por isso temos de definir o nosso posicionamento no contexto regional e nacional e a partir daí vai ser bem mais fácil negociar. Depois definir corredores rodoviários estratégicos para o desenvolvimento da economia (ligação à Gudiña?) este ponto de interrogação foi porque não sabia que íamos discutir esse assunto nesta reunião. Mas sobre isto, uma nota para o Senhor Presidente que há bocado percebeu-me mal porque eu não sabia que esse documento tinha sido subscrito por nós e mais sete Municípios e o Senhor Presidente tem de fazer o favor de nos manter informados e ser mais explícito. Eu não quero fazer oposição demagógica, não estou contra o Sr. Presidente, não quero que a vida lhe corra mal, nem a si nem a ninguém. Depois repensar o transporte de pessoas e produtos a uma escala regional e transfronteiriça, com o reinvestimento em ligações ferroviárias. Isto sim, parece-me uma coisa a negociar em pacotes 20-30 com o Governo, só que ninguém liga a isto. Finalmente uma coisa que também me parece gira e interessante e nós já defendemos muita coisa e eu, particularmente, para o Hospital de Macedo. Tendo em conta a realidade demográfica em que estamos, eu creio que se diferenciássemos e especializássemos a nossa Unidade Hospitalar num Hospital Geriátrico, era potente e deixem-me dizer-vos que aquilo que estou a pedir é um verdadeiro Hospital porque um Hospital destes tem de ter muitas valências. Isto seria verdadeiramente diferenciar o território e deixarmos de ter 3 Unidades a fazer a mesma coisa e passávamos a ter uma especializada em tanta coisa que é extremamente importante e podíamos manter as valências todas e ainda lhe acrescentávamos algumas. Mas isto é uma coisa que está aqui para negociar provavelmente com a Administração Central.” -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que disse “ na última assembleia municipal e, peço autorização ao Deputado Acácio Espírito Santo para as palavras que vou dizer agora – dizia o Sr. Presidente “ o meu amigo Acácio”. No início desta Assembleia o Sr. Presidente deu a entender que já não era assim tão amigo. Depois do que se passou aqui



Handwritten signature and scribbles in the top right corner.

agora, acho que o Sr. Presidente deve dizer “o meu grande amigo Acácio”, porque o Sr. Deputado tem reiteradamente colaborado consigo, inclusivamente nesta Assembleia, que o tem feito pro-bono. Hoje acabou de fazer o trabalho que a Empresa vai fazer em 4 meses, ele acabou de fazer em pouco tempo a apresentação do trabalho aqui. Portanto se o trabalho já está feito V.^a Ex.^a aproveite-o e deixe-me dizer-lhe, como a Empresa, sem desmerecer, que não sei que tipo de trabalho vai apresentar mas, estranho que o apresente no último ano do seu mandato, ou seja antes de eleições, o que pressupunha um projeto perfeito de um programa Autárquico o Sr. Presidente já tem aqui um esboço muito bem feito e dizer-lhe que a partir de agora tem todas as condições para moderar a linguagem e se tinha amizade, reforça-la ainda mais. Dar os parabéns ao Sr. Deputado pois é óbvio que trouxe aqui ideias que nos passam a todos nós pela cabeça, algumas inovadoras, algumas em determinadas áreas que na minha opinião pessoal, devemos ser diferenciadores sobretudo num aspeto que acho fulcral e a partir daí haver uma divergência radical para cada atividade que é a questão ambiental e da parte agrícola e produtiva. Devemos ter em conta que somos eminentemente um concelho produtivo e não um concelho industrial. E, dizer-lhe e lembrar-lhe que o Senhor Presidente em julho de 2017 quando fez a apresentação da sua Candidatura Autárquica o Senhor Primeiro Ministro veio a Macedo em que apresentava um Programa Nacional de Regadio com mais de 90 mil hectares de forma a fazer vários “pequenos Alquevas” e acho piada que depois o Sr. Presidente aproveitou essa embalagem e começa a elencar todas as medidas que faziam parte do seu programa eleitoral, em que queria desenvolver toda a zona de regadio e, afirmava que fosse ao mais longe possível e eu, confesso que achei isso no mínimo estranho, porque achava que era desfasado de um conhecimento real sobre o concelho. Depois dizia que iria apostar na Zona Industrial criando lotes de maior área para grandes armazéns. Depois dizia que iria criar um ninho de empresas para consultadoria e para incubar várias empresas. Depois afirmava que iria apostar num novo Hospital e que seria um Hospital Regional. Que não se comprometia mas que afirmava que tínhamos condições e que iria fazer os seus esforços para que isso acontecesse. Depois afirmavam que iríamos apostar em infraestruturas sociais para a terceira idade. Também nas associações e no turismo e depois ainda afirmava uma coisa engraçada que era o seguinte – que dava os parabéns ao anterior Executivo porque algum do bom trabalho que tinha sido feito devia ser enaltecido e, eu continuei a achar piada a isso. E depois dizia outra coisa muito engraçada e eu acho engraçada porque ao fim de 3 anos na realidade nada foi feito, mas dizia que as freguesias deviam ser mais independentes e confesso que não sabia muito bem o que era isso, e então o Senhor Presidente dizia que iria interagir com as freguesias, iria promover assembleias onde iria ouvir as pessoas ver o que precisam, ou não, e as suas necessidades para ir de encontro a elas. E, depois afirmava outra coisa que iria remodelar o sistema de distribuição de água em baixa e, portanto as suas 3 prioridades seriam a saúde, a água e o apoio à terceira idade. Mas é engraçado que o Sr. Presidente tem uma Empresa de Comunicação à qual paga de uma maneira milionária e essa Empresa de Comunicação sistematicamente faz edições no Diário de Trás-os-Montes. Pois há um amigo seu, do seu partido que na semana passada teceu aquele comentário que eu

provavelmente não gostaria de ouvir de um camarada de partido e dizia o seguinte "...o ex-líbris de Macedo de Cavaleiros é a Barragem do Azibo, que sendo Macedo de Cavaleiros quem investe, este não é proporcional ao almejado retorno, mas fica com a notoriedade. É urgente um Plano de desenvolvimento a 10 anos, acabar com os investimentos de humor, ou pior – fui eu que fiz – ou ainda hoje estive a pensar e aqui ficava bem umas avestruzes. Com estas atitudes aparecem as aberrações – Parque de Merendas, Logotipo da Câmara Municipal de Bragança, Acessos à Albufeira, fala-se que vai ser mandado retirar. Campo de Ténis vai ser demolido? Só pode. Campo de futebol de praia? Não choca, mas o lugar... - porque é que se acabou com o Volei de Praia? Não era uma referência local? Agora futebol de praia amanhã hóquei no gelo. Na Barragem urge alguns investimentos. Construir uma Barragem a montante da do Azibo para abastecimento público e regular os níveis de água da atual. A atual ficar só para fins turísticos, agrícolas e claro para a proteção para os incêndios. Delegações de Associações, natação, pesca, mergulho, desportos náuticos, passeios, só o que se enquadre com a natureza sem poluir. Continuar a investir no Geoparque. Aos Executivos da Câmara de Bragança e Macedo de Cavaleiros pelo que ainda não fizeram e é imperativo fazer a montante a tal Barragem. E continuo. Nota-se na Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros falta de trabalho de planeamento, de Gabinete de Visão e, tudo se deve da politiquice moderna que os arrebanhadores de votos se sobrepõem aos pensadores, aos idiotas, aos estrategas. A Cidade está com um volume de obras assinalável, tudo obras estruturantes. Porque não chega e os macedenses merecem mais no meu entender e no meu conhecimento podia começar por um maior aproveitamento, ligação de Macedo de Cavaleiros/Vale de Prados/Azibo, Ensino Superior, ampliar, adaptar e mudar o conceito e as orientações da Zona Industrial existente. E depois diz uma coisa que eu fiquei de boca aberta partindo de alguém do seu partido político – juntar-se à causa de um aeroporto internacional do interior norte". E, por aqui me fico. Sr. Presidente dizer-lhe que é óbvio, como já reiterei, todas ideias que o Deputado Acácio Espírito Santo traz aqui e muitas outras, são ideias que envolvem o nosso universo, que muitos de nós já ouvimos, que muitos de nós temos e outras aparecem de cada ideia mas fico triste que este debate seja feito 3 anos após a sua eleição e, que de alguma maneira nenhuma das medidas que eu aqui elenquei e que o Senhor disse com a ajuda do Sr. Primeiro-Ministro na altura da sua candidatura na prática esteja feita mas, lamento profundamente que o senhor de alguma maneira para se agarrar como os náufragos às silvas necessite de dizer que obras e investimentos de alguma maneira elencados pelo Executivo anterior, agora são seus, como eu já disse numa anterior Assembleia, não são seus nem são do anterior Executivo, são dos macedenses, são anseios de dezenas de anos e portanto lamento que de alguma maneira passados 3 anos V.^a. Ex.^a, agora já tem aqui o plano elaborado pelo seu grande amigo Deputado Acácio mas, que eu saiba três empresas uma para fazer toda a planificação para o Quadro Comunitário 20-30, uma para elencar a questão do Azibo e outra para elencar a questão do Regadio e eu, só me fico pela questão do Regadio e sobre isto dizer-lhe que a questão do regadio pressupõe uma coisa que o senhor não tem, e lamento dizer-lhe isto mas, como sabe, põe em causa várias vezes a minha seriedade e, isso é uma coisa de que eu não



Handwritten signature and initials.

gosto porque quando estou aqui sou uma pessoa séria, devemos isso a quem nos elege a seriedade de estamos aqui e portanto não gostei da atitude que o Sr. Presidente teve no início desta reunião, como dizer “se não fazem o que eu quero vou-me embora” no meu entender não ganhamos nada com isso. Em relação ao Regadio dizer-lhe ainda que pressupõe um conhecimento integral do nosso concelho e ou nós sabemos muito bem o que queremos, o conhecemos como às nossas mãos e sabemos para onde queremos ir, não há empresa nenhuma que venha aqui dizer-nos que o desenvolvimento é na linha estratégica A que nós tenhamos que aceitar que isso aconteça. Pressupõe que eles vêm aqui recolhem e tratam informação e depois podem aconselha-lo mas, se o Senhor Presidente não tem um perfeito conhecimento do concelho isso não acontece. E, se de alguma maneira conhece o concelho, sabe muito bem que tem uma utilização de toda a zona de rega que é inferior a 20%, o que devia ter feito tendo em conta essa utilização baixa do regadio, era implementar estratégias autárquicas no sentido de dinamizar uma maior utilização do regadio e isto passa por uma coisa que o Senhor já disse que vai fazer mas que eu acredito que nunca faça, que é o cadastro, tenho a certeza que não vai conseguir tê-lo feito para o 20-23 e sabe muito bem disso porque o cadastro é simples de se fazer se se conseguir que haja uma colaboração com as freguesias e tem de ser um trabalho com pés e cabeça e não pode ser agora uma coisa que a gente sabe perfeitamente que me 2023 não está feito e ainda há a agravante que o mandato está quase a acabar e se formos ver nesta área do regadio o Sr. Presidente não fez nada. O regadio continua com a mesma utilização, continuamos com uma agricultura social de fim-de-semana, não há medidas nenhuma e somos um concelho meramente produtor e como o Deputado Acácio disse, não valorizamos e a prova disse é que nas Feiras da Caça temos simplesmente uma Empresa que produz queijos e pouco mais. Assim, o que me interessa que o Sr. Presidente diga que vai fazer um plano se tudo foi tirado à força. Não quero dizer com isto que não seja uma pessoa dedicada e trabalhadora mas especificamente em determinados assuntos a sua produtividade não foi grande coisa e o senhor sabe que não foi e vir para aqui dizer-nos que vai contratar uma empresa para lhe dizer especificamente, tendo em conta o bom trabalho já executado, que precisa de alguém que o ajude no próximo quadro comunitário 20-30, o Sr. Presidente não estava a queixar-se que não tinha projetos para apresentar e que inclusivamente o anterior Executivo não lhe deixou projetos em carteira para o senhor apresentar aos Ministros e Secretário de Estado. Mas é precisamente isto que está a acontecer porque o senhor está a contratar uma empresa que genericamente lhe vai dizer onde deve investir no concelho, ou seja resumidamente vai fazer-lhe o seu programa eleitoral com dinheiros públicos e portanto essa empresa vai dizer-lhe o que fazer aqui e ali, mas depois continua a mesma história porque o próximo Executivo que vier continua a não ter projetos porque este executivo não os fez. A estratégia vai continuar a ser a mesma porque o senhor também não vai deixar nada. As estratégias são diferentes, o senhor vê as coisas de uma maneira e eu, pessoalmente, vejo as coisas de outra. Eu sei o que quero para o concelho, eu sei onde se deve investir e digo à empresa que quero o projeto em determinada área e luto até ao fim pelo que eu quero e não vou pedir a nenhuma empresa que me diga onde devo investir.

Acho que devia aproveitar os contributos do Deputado Acácio e tirar alguma contribuição daquilo que hoje estamos aqui a conversar para aquilo que quer."-----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Que disse “ O Grupo Parlamentar do PS revê-se em algumas situações com o Deputado eleito nas listas do PS, Acácio Espírito Santo. Há medidas que já estão a ser implementadas e há outras que têm pés para andar mas, o Executivo acho que irá ter em conta essas medidas, algumas são exequíveis e outras não e pensar o concelho é sempre bom e é sempre de aplaudir quando se discute o desenvolvimento para o concelho, agora, quando se tem tanta responsabilidade essa questão do regadio e das barragens até que é engraçada e não é preciso estarmos a omitir as coisas porque não existia em Macedo projetos para isso e acho que este Executivo os deve fazer e apostar nisso. Dizer também que apesar do Grupo Parlamentar porque apoio uma governação que é do Partido Socialista não se deve pronunciar sobre as estratégias porque entendemos que o Executivo é que as deve fazer e nós estamos aqui para apoiar, considerando sempre que não somos nenhuns “paus mandados” e estamos aqui livremente e qualquer membro da nossa bancada pode falar e dizer o que lhe vai na alma. Mas tenho dois ou três reparos pois não ouvi falar na Educação a não ser a do Ensino Superior. Eu sou Presidente de uma Junta de Freguesia que fica a 30Km da sede do concelho e nós precisamos que o transporte dos alunos seja mais rápido e os Executivos deviam pensar nas freguesias que ficam mais longe, apesar de ter consciência que isso tem um custo enorme, mas é uma forma de fixarmos as famílias crianças e devemos pensar que só pode haver Ensino Superior se houver Ensino Primário e se bem se lembrar no ano de 2013 nasceram 67 crianças no concelho de Macedo o que equivale a duas turmas de 12.º ano, portanto, se não pensarmos no concelho como um todo vai acontecer com antes do 25 de abril que só existia Liceu em Mirandela e Bragança. Acho que toda a gente, sem exceção gosta do concelho e do seu desenvolvimento e às vezes irmos por um caminho ou por outro faz alguma diferença e se calhar o maior erro que se cometeu em Macedo talvez tenha sido que no “tempo das vacas gordas” (PIAGET) não se olhou para mais nada. Faz-me lembrar Murçós quando tinha lá a exploração mineira, toda a gente se deslumbrou e depois foi o que foi. Em Macedo com o PIAGET aconteceu a mesma coisa, parecia que não havia mais nada e depois assentou-se a base económica neste nunca pensando que um dia poderia acabar e agora estamos a pagar esse erro. Outra coisa que defendo, é que ampliação da Zona Industrial se deve fazer como se faz por exemplo na Suécia e Finlândia, não deve ser em lotes, deve ser amplo pois evita por vezes vários problemas. Esta é uma questão inovadora em Portugal e o Senhor Presidente devia pensar nisto. Estes debates não têm deliberações são fóruns de debate e cada um de nós deve ter a consciência de que somos cada vez menos e temos de arranjar forma em dar a volta por cima e pensar bem numa estratégia que passa por muitas situações e com o contributo de todos.” -----

LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) – Fez a seguinte intervenção “ Quería começar por dizer que não concordo de todo que o tempo que aqui passamos seja considerado tempo



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

perdido e, na minha opinião, eu teria feito inclusive uma Assembleia talvez dando-lhe uma roupagem de Seminário de forma mais alargada e jamais teria marcado um tema desta importância para as 8 horas da noite de uma segunda-feira. Eu daria a um tema destes um dia inteiro e em sede de Comissão Permanente teria convidado governantes da área para virem discutir connosco e apresentarem aqui as suas ideias para o futuro para depois podermos encaixar as nossas ideias e aquilo que pretendemos para ao território naquilo que o Governo perspectiva para o futuro (só assim certamente é que se consegue fazer alguma coisa) pois de outra forma não vejo jeitos de conseguirmos financiamento. Teria convidado alguns académicos para virem partilhar connosco algumas ideias e o que é a atualidade do desenvolvimento dos territórios do nosso género. Teria portando dado uma roupagem mais alargada, não teria limitado o tempo das intervenções, antes pelo contrário, teria era procurado convidar intervenientes que viessem ajudar a olhar para o futuro com mais sabedoria e depois podermos aplicar esses conhecimentos e os temas da atualidade ao desenvolvimento do nosso território. Era assim que eu teria feito e deixo esta sugestão para o futuro porque tenho a certeza que este tema não ficará aqui fechado pois poderá ainda percorrer muitas ideias, muitas cabeças e muitos momentos de reflexão. Estamos aqui a refletir sobre o desenvolvimento de um território e eu não vou fazer a enumeração de projetos e ideias em particular, até porque isso já foi feito e muito bem, pelo Deputado Acácio a quem também aproveito para cumprimentar pela apresentação que nos fez e eu acho que o Sr. Deputado conseguiu percorrer de alguma forma o imaginário de muitos de nós. Há muita conversa de café que muitos de nós temos tido, há muita reflexão que muitos de nós temos tido nos últimos tempos e que certamente encaixam muito bem em muitas das coisas que ele apresentou aqui e há outras que ele apresentou que encaixam muito bem e são o reflexo de algumas evoluções daquilo que todos nós de uma ou de outra forma temos vindo a pensar para o concelho ao longo dos tempos. Contudo não podemos deixar de lhe dar o mérito de ter conseguido elencar toda essa informação neste documento e por isso volto a reiterar-lhe as minhas felicitações. Estando todo o interior na situação em que está, pois não é só Macedo mas, como se costuma dizer, “com o mal dos outros podemos nós bem” acho que desde logo devemos fazer um diagnóstico que na minha opinião é muito simples – nós não temos gente, não temos votos – e como não temos gente e não temos votos não temos força para que nos façam aquilo que nós precisamos no nosso Interior e então assim, exige muito mais de todos nós, exige uma maior união, exige um trabalho redobrado de todas as Entidades e de cada um de nós em termos particulares e torna este trabalho um bocado mais gigantesco mas, tem de ser feito porque nós estamos cá e queremos cá continuar e temos de valorizar o nosso território. Há hoje um bom exemplo de uma situação do género. Há sua medida o Governo tomou uma decisão sobre as Feiras, houve muita polémica e o Governo voltou atrás na sua decisão. Se nós tivéssemos essa força, a força dos votos e de gente certamente que o Governo já teria voltado atrás em muitas coisas. Sabemos bem que passados 4 anos houve uma missão para o Interior do País, mas entretanto essa missão evaporou-se e o resultado foi zero. Entretanto apareceu uma outra missão para o Interior em que andaram de “capela em capela” a tentar identificar as

necessidades do Interior e, esperemos que desta segunda missão venha alguma coisa. Mas porque é que não veio nada na primeira missão? Porque não tínhamos a força dos votos como eu já referi porque certamente que se tivéssemos aqui alguns milhões de votos o investimento já cá estaria e quase de certeza que a nossa conversa hoje era outra. Do que é que nós precisamos? Precisamos de emprego. Precisamos de captação de pessoas e de captação de investimento. Precisamos de uma saúde e de um ensino de qualidade. Acho até que estes são os primeiros motores para que depois tudo o resto aconteça pois se nós conseguirmos gente que tenha um ensino e uma saúde de qualidade poderá ser um primeiro passo para o desenvolvimento que a seguir aparecerá mais ou menos de uma forma natural. E, como vos tinha dito não vos vou dizer que é preciso isto ou aquilo mas acho que era muito importante que o Município devia desde já ter uma coisa em conta que era, nos próximos orçamentos da fátia que tem para investimento definir à priori no mínimo 50, 60 ou 70% desse valor para realizar investimento produtivo, e, eu quero dizer com isto, um investimento que nos traga retorno e que não seja um investimento perdido mas que possa criar riqueza e ajudar a criar riqueza a captar emprego e empresas e dessa forma dar alguma dinâmica ao concelho e à vida económica e social do concelho e depois não podemos de forma nenhuma pensar que vamos fazer alguma coisa sem o apoio e sem um projeto nacional. Nós necessariamente para dar um enfoque grande ao desenvolvimento do concelho em particular e do Interior no geral vamos precisar que haja aqui um agregar de vontades e em primeiro lugar e desde logo acho que tem de ser vontades políticas, os dois grandes partidos de Portugal têm de uma vez por todas ter a inteligência de olhar para o Interior e neste caso em concreto para Macedo de Cavaleiros como parte do território e, se o Governo de uma vez por todas olharem para nós e para o Interior como uma parte do território e como um grupo de pessoas e um grupo de localidades que podem acrescentar e que podem ajudar o País a crescer, está a olhar para nós de forma inteligente e, depois de olhar dessa maneira certamente não vai faltar dinheiro para pôr em prática e para implementar tantas medidas que aqui necessitamos. Os grandes países desenvolvem-se a uma só velocidade e, nós não podemos continuar com o desenvolvimento do País a duas ou três velocidades com um País completamente “litoralizado” que só trás problemas ao Litoral e necessariamente ao Interior. Continuar assim vai sair muito caro ao País e eu acredito que o que nós precisamos desde logo é que os dois grandes partidos se entendam e olhem para o Interior a sério e resolvam de uma vez por todas fazer os investimentos que são necessários fazer no Interior para nos tirar deste marasmo em que estamos a viver e do qual todos nós queremos sair rapidamente.” -----

ELIAS DE JESUS MONTEIRO AFONSO (PS) – Que disse “ aquilo que tinha previsto dizer aqui, já foi dito contudo pretendo reforçar que, (e compreendo o que foi dito pelo Deputado Miranda Pereira) mas acho que neste formato ou num outro formato, é muito importante pensar o concelho. Eu concordo que pode ser noutra formato mas, não havendo outro, este foi aquele que despoletou o facto de nós estarmos aqui hoje a refletir acerca do desenvolvimento do nosso concelho. Quero dar os parabéns ao deputado Municipal Acácio Espírito Santo e dizer



ao Sr. Presidente da Câmara que temos gente nesta Assembleia que se calhar consegue pensar o concelho e saber o que quer para o concelho, provavelmente não precisamos, e aí eu reafirmo, que não precisamos de uma Empresa, (e com todo o respeito que eu tenho pela mesma) para podermos pensar o concelho. É extremamente importante tudo aquilo que nós estamos e viemos aqui fazer. Eu não vou apresentar propostas porque muitas já foram aqui apresentadas mas aproveito para dizer que é extremamente importante o que estamos aqui a fazer e que pensar o concelho e no seu desenvolvimento é uma forma para chegarmos ao desenvolvimento dele. É evidente que estes planos estratégicos que nós estamos aqui a falar é sempre a Câmara que os propõe à Assembleia que os aprovará. Aqui estamos a fazer um pouco ao contrário, mas o objetivo principal, independentemente dessa estratégia é pensar o concelho e o seu desenvolvimento e é por aqui que nós vamos. Dizer ainda que esta Assembleia tem uma Comissão de Planeamento e Desenvolvimento e a Câmara pode aproveitar todas essas pessoas, ou outras que essa Comissão queira convidar para participar e poder ajudar a elaborar um Plano de Desenvolvimento. Acho que é muito importante aquilo que estamos hoje a fazer aqui a até acho que se podia repetir noutra roupagem de outra forma, com outras ideias, mas poder repetir o pensar o concelho e o seu próprio desenvolvimento.” ----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Em primeiro lugar quero dar os parabéns ao deputado Municipal Acácio Espírito Santo pois para mim esta reunião foi uma ótima ideia só pecou um pouco por ser tardia porque havia boas ideias que podiam ter sido aproveitadas por este Executivo ou por outros Executivos que venham e com algumas delas se calhar poupar-se-ia 20 mil euros que é o que vai receber a Empresa que vai fazer esse trabalho. Depois também quero dar os parabéns ao Deputado municipal Ramiro Valadar, pois entendo que a sua ideia foi excelente, a de doar a nossa receita mas, sou contra que seja para a ambulância porque já que o executivo vai pagar a ambulância nós podemos doá-la para outra coisa qualquer dos Bombeiros, porque assim estamos a doar indiretamente ao Executivo e não aos Bombeiros. -----

E o assunto que me trás aqui é o seguinte “as Freguesias são a corte principal da engrenagem da Administração Pública. Numa região como a nossa a importância é maior porque somos o elo de ligação entre os nossos fregueses e as instituições públicas principalmente neste momento que passamos de constrangimentos provocados pela situação da COVID-19. Se antes eramos engenheiros, arquitetos, calceteiros, reparadores de água, agora também fazemos compras, marcamos consultas, somos entregadores, psicólogos, vamos à farmácia e mais uma infinidade de tarefas. Os Presidentes da Junta além de serem os pedintes, que como se lembrarão já o disse aqui, dependentes da cor e da boa vontade dos Executivos da Câmara, são pessoas que além de fazerem o melhor pela sua freguesia, o fazem a troco de quase nada. Fazem-no por amor à terra, às gentes porque querem as suas aldeias arranjadas e com o maior conforto possível para as suas gentes. Regateiam todas as despesas de modo a poupar um bocadinho para depois tentarem fazer mais qualquer coisinha que nem estava previsto em orçamento, mas vai deixar as coisas com melhor aspeto. Quantos de vós

estiveram um ano ou mais sem receber o ordenado da Junta para poderem pagar a fornecedores e a empreiteiros para poderem apresentar obra? Sei que todos vocês se revêm um bocadinho que seja nesta definição, todos vocês dão o melhor de vós para conseguirem levar a água ao vosso moinho. Esta introdução, leva-me ao objetivo que me trouxe aqui hoje. Esta na altura de as Juntas e as uniões de Freguesia serem, mais bem tratadas pelo executivo. Está na altura de sermos vistos como uma Instituição de valor que apoia os fregueses, mas também o Município. Fazemos o trabalho e as funções do Município e estamos sempre à espera da boa vontade dele. Temos competências mas não temos verbas. Somos obrigados a gastar do nosso já escasso orçamento a fazer competências que não nos competem a nós e não somos ressarcidos por esse trabalho. O Dr. Duarte Moreno em 2017 alterou isso. Contemplou-nos com 20% do FEF e o novo Executivo no ano seguinte manteve e prometeu aumentar, o que fez em 2019 para 24%. Mas, no âmbito das competências deveriam passar para as Juntas no ano de 2020, aconteceu o improvável, fomos contemplados todos com zero euros, porque investir em obras não é o mesmo que transferir competências. Todos nós gastamos imenso dinheiro com a limpeza de ruas, arranjos de caminhos, limpeza de espaços públicos, valetas, sargetas etc. Só a título de exemplo o Município de Miranda do Douro este ano transferiu 345 mil euros, mais de 50% da totalidade do FEF de todas as freguesias do concelho de Miranda. Nesse sentido de modo a resolver uma situação que em nada beneficia as freguesias, vem o Grupo Parlamentar do PSD propor: “ Proposta de Transferência de Competências dos Municípios para as Freguesias -----
Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, tendo em consideração que o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, ao abrigo do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias; -----
Considerando que o elenco das competências a transferir são muitas, carecendo algumas delas de particular atenção, pois exige a criação de condições técnico-administrativas capazes de dar resposta às solicitações dos cidadãos; -----
Considerando que acresce o facto de o processo de transferência, ao nível de recursos, ser um pouco burocrático, não tendo, por isso, em tempo útil, sido concluído nenhum processo com qualquer das freguesias do concelho, e não terem sido realizadas reuniões de trabalho para esse efeito; -----
Considerando que para o ano em curso e para o ano seguinte, o processo de transferência de competências ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, não se irá realizar; -----
Considerando que ao abrigo do estatuído no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em concreto, ao abrigo dos artigos 132.º a 136º, entre município e as freguesias do concelho foram celebrados acordos de execução, cujo objeto legal compreende as seguintes áreas: - Gerir e assegurar a manutenção das áreas verdes; - Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; - Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão. -----



Lij
er
[Signature]

Considerando que ao abrigo do artigo 41.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, os acordos de execução podem ser mantidos até à formalização de outros ao abrigo do Decreto-Lei já citado; Considerando que, no ano em curso e seguintes, as freguesias continuaram e continuarão a assegurar as competências que lhes foram delegadas ao abrigo dos citados acordos de execução; -----

Face ao exposto vem o Grupo Parlamentar do PSD propor à Assembleia Municipal: a) Manter em vigor os Acordos de Execução com as freguesias do concelho até serem delegadas as Transferências de Competências dos Municípios para as Freguesias. B) Seguindo o critério da cláusula 6.ª dos Acordos de execução, a percentagem seja atualizada para 50% do Fundo de Financiamento das Freguesias recebido anualmente e reportado ao ano anterior.” Proponho eu a assinatura desta proposta aos restantes Grupos Parlamentares do PS e do CDS para prevenir futuras discriminações e para que todas as freguesias sejam financiadas de forma justa e sem nenhuma ser prejudicada.” -----

Sobre esta proposta o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou aos porta-vozes dos Grupos Políticos para se dirigirem à Mesa, o que aconteceu. Após algumas trocas de opiniões o Deputado Municipal Nuno Morais, porta-voz do Grupo do PSD pediu a palavra que lhe foi concedida. -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – “ Com base na conversa que tivemos com a Mesa da Assembleia, e uma vez que o senhor Presidente da Mesa nos prometeu que irá ser agendado este tema para discussão na próxima Assembleia, especificamente, agradecemos que tal seja feito, uma vez que falta genericamente 1 mês e também solicitamos que de alguma maneira em relação a este assunto, seja feito um total esclarecimento por parte da Autarquia, isto porque foi um tema com que nos preocupamos bastante, que são as aldeias e foi um tema que passou um bocadinho à margem da temática que foi aqui dita e portanto sem aldeias não temos concelho.” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Queria dizer que me opus porque esta é uma Assembleia Extraordinária, e como tal este ponto não podia ser agendado. Outra questão é que a Câmara já reuniu com algumas Freguesias para falar sobre a questão das competências e se nós tivermos em conta toda a gente se lembra que no ano passado em novembro houve uma reunião onde foi abordada a questão de que os protocolos não iriam ser validados por causa da Lei e, depois em junho houve outra reunião onde essa questão foi novamente abordada. E, agora já houve reuniões com algumas freguesias e não vejo mal nenhum em que esta proposta seja agendada para a próxima Assembleia Municipal, e como referiu a Câmara já reunião com algumas freguesias e com certeza que vai continuar até reunir com todas.” -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que Disse “ O Mico, grande defensor das freguesias não quis ir para a frente com a única medida que foi aqui apresentada, para defender as freguesias.

O que se passa é o seguinte, o Mico está a defender o seu Partido não está a defender a sua terra. Ele era dos primeiros que chegava aqui... -----

O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a intervenção do Deputado David Martins dizendo “tenha paciência Sr. Deputado esta Assembleia não é para isto”. O Deputado David Martins respondeu “tenha paciência o Senhor Presidente que está a dar tempo de antena a toda a gente menos quem apresentou a proposta”. Neste momento o Presidente da Câmara Municipal disse que ia embora desta reunião. O deputado David Martins respondeu “ Se o Sr. Presidente quer ir embora vá é normal que o faça. Mas, eu tenho o direito à palavra. Não temos as competências porque a Câmara não enviou para a DGAL, não venham agora com desculpas.” -----

Neste momento alguns Deputados Municipais começam a abandonar a sala e o 1.º Secretário da Assembleia Municipal usa da palavra para dizer “acho que há aqui um mal-entendido e dirijo-me ao Deputado Municipal David Martins para lhe dizer que aquilo que foi feito com os Líderes Parlamentares de todos os Partidos foi pelo facto de esta Assembleia ter sido convocada com apenas dois pontos para discussão. No ponto dois, que presumo que o Sr. Deputado estaria a incluir esta questão, que fala sobre a *reflexão, análise e definição do futuro e desenvolvimento económico do concelho /Proposta do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo*,aquilo que lhe foi referido quando estava a ler a proposta, e dirigindo-nos de imediato ao seu líder parlamentar, é que a proposta não se enquadrava neste âmbito dos pontos em discussão nesta Assembleia extraordinária mas, que se enquadra em qualquer outra Assembleia e por isso houve o entendimento entre os líderes parlamentares e o Presidente da Mesa da Assembleia para que na próxima Assembleia esta proposta seja agendada para discussão. Ninguém aqui está a recusar a proposta simplesmente em termos regimentais não é permitida a sua discussão nesta Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou a todos os Deputados Municipais que retomassem a sua presença na reunião. -----

Verificada a existência de quórum o Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada pelo Deputado Municipal Ramiro Valadar que ia no sentido de doar o valor da senha de presença desta Assembleia aos Bombeiros para a compra de uma ambulância. O Deputado Municipal David Martins acrescentou que poderíamos doar o valor das senhas não para a ambulância mas sim para os Bombeiros, assim solicitava que os dois deputados se entendessem e entregassem à Mesa da Assembleia a proposta definitiva para ser votada. -----

O Deputado Municipal Acácio espírito Santo solicitou a palavra para dizer “ caros colegas, pretendo dizer duas coisas, uma é que não concordo com a proposta particularmente pela maneira como foi justificada que é um profundo desrespeito por todos os Deputados desta Assembleia. Segundo acho que não tem enquadramento Sr. Presidente.” -----



9
A

O Presidente da Assembleia Municipal dirigindo-se ao deputado Municipal proponente, Ramiro Valadar disse que “há efetivamente dúvida se a proposta tem legal enquadramento em termos desta assembleia e que a Mesa vai pedir a alguém que os informe, e na próxima Assembleia votarão a proposta no caso de ter enquadramento legal. -----

Solicitou a palavra e foi-lhe concedida. -----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) – Que disse “ esta é uma tentativa de clarificação e fruto da experiência que tenho neste tipo de situações, pode haver uma recomendação no sentido de que isso aconteça mas, não pode haver uma decisão porque esta é uma decisão de nível individual, cada um pode subscrever ou não. Fica assim à consideração de cada um.” -----

RAMIRO BORGES VALADAR – Que disse que “não há problema nenhum pois ele quando receber a senha vai entregar esse dinheiro aos Bombeiros e cada um dos presentes que faça o que entender.”-----

Eram vinte e três horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

Camilo Morais

cel. Mota

